

Público

27-10-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Educação

Dimensão: 650 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 47

## Por umas letrinhas apenas

**Nuno Pacheco**  
Em Público

**“Não me preocupo se estou a aplicar ou não” o acordo ortográfico. Quem o diz é o secretário executivo da CPLP**

**N**ão foi há muito tempo. No dia 10 de Outubro, na Gulbenkian, na sessão de atribuição dos prémios do património cultural (a mesma sessão onde foram distinguidos Eduardo Lourenço e Plantu), uma das oradoras, ao explicar as actividades que justificavam o prémio, disse por várias vezes “actividades” sublinhando o C. Não foi engano, porque nunca disse “ätividadej”, como faz a maioria, disse sempre “äktividadej”. Falará ela “à antiga”, como por aí se diz? Ou pura e simplesmente tem da palavra o sentido primeiro, próximo do étimo latino? A discussão pode parecer uma bizarrria, mas não é. Porque quando se instituiu que o acordo ortográfico de 1990 era mesmo para ser imposto, um dos grandes argumentos que o sustentavam, além da pretensa “simplificação” da escrita, era a “facilitadora” submissão à oralidade em detrimento da etimologia. “Não se lê, não se escreve” ou “o que não se pronuncia não se escreve!” foram regras que andaram insistentemente a soprar-nos aos ouvidos. Mas como é possível pôr alguém que diz “äktividade” a escrever “atividade”? Escreve o C porque o diz? Ou altera a fonética?

Isto passa-se com inúmeras palavras, às vezes de forma caricata. Por exemplo: há quem diga “expectativas”, sublinhando o C, e quem diga “expêtätivas”. O que faz o acordo? Fácil, permite dupla grafia, coisa que já existia antes, mas só de país para país. Agora é transfronteiriça. O mesmo com “características”, onde muita gente pronuncia o C em ct, ou “carácter”, onde é generalizada a omissão desse mesmo C.

E a regra da fonética, quando é que se aplica? Na verdade, a regra da fonética é pura tolice, como facilmente se comprovará. A ser assim, o verbo “Estar” teria de mudar. Ninguém diz, em voz corrente, “estou a almoçar” ou “estás a aprender muito devagar” ou “estamos fechados, volte mais tarde”; diz-se ‘tou, ‘tás, ‘tamos. Se a regra da fonética fosse para valer, teríamos o verbo Tar: eu tou, tu tás, ele tá, nós tamos, vós tais, eles tão. Bonito? Há pior. Querem ver como se altera o som de uma palavra pela escrita? Veja-se, por exemplo, “co-adopção”. Assim, lê-se “cô” (de “com”, daí a acentuação do “o”) “ädção”. Se retirarmos o P, leremos

por impulso “cô-ädção”; mas se tirarmos o hífen, leremos “cuädção”, porque nas palavras onde o “co” perdeu vida própria essa é a tendência vocálica dominante.

Um exemplo inglês, que andou por aí muito em voga devido ao nome de um clube. Leicester, como Worcester ou Gloucester, perde na fala o “ce” do meio. Lê-se Leister, Worster, Glouster. Pelo extraordinário acordo português, mudariam de grafia. Só que os ingleses não são loucos e sabem, como também deveríamos saber, que a escrita e a fala são disciplinas distintas.

Por cá, há quem vá percebendo isso. Até quem menos se esperava. Na sua reunião de 2010, em Sintra, a CPLP fez questão de reafirmar que o acordo ortográfico era “um dos fundamentos da Comunidade e um instrumento essencial para a unidade da Língua Portuguesa.” Agora, o ainda secretário executivo da CPLP, o moçambicano Murade Murargy, disse há



**Os ingleses sabem, como deveríamos saber, que a escrita e a fala são disciplinas distintas**



dias em entrevista à Agência Brasil o seguinte: “Não me preocupo se estou a aplicar [o acordo ortográfico] ou não. Se as pessoas me entendem, vamos em frente.” E disse mais: “Quanto ao acordo ortográfico, muita gente não está de acordo, há muitos intelectuais, jornalistas, que não aplicam, pois acham que não traz vantagens. Não há uma unanimidade sobre se valeu a pena, ou não, o tanto de dinheiro que se gastou. As implicações financeiras da aplicação do acordo são grandes.” Um problema que ele realçou foi o dos manuais escolares. “Acredito que devemos concentrar-nos no que é fundamental para permitir que os outros [países-membros] possam se desenvolver.”

Querem traduzir isto para uma fala simplificada e mais fonética? Eu traduzo: vão para o diabo mais as normas de um acordo que não unifica (há mais palavras diferentes agora do que havia antes), não padroniza, não simplifica, não melhora nem torna mais “internacionalizável” a língua portuguesa. Alguns já perceberam a fraude há muito tempo, outros têm vindo a percebê-la com o passar dos meses e dos anos. Falta apenas uma coisa: coragem para acabar com isto.

**Jornalista. Escreve à quinta-feira**  
npacheco@publico.pt